

PROCESSO Nº: 26 / 2021

Processo: 26 / 2021

Data de entrada: 24 de Março de 2021

Autor: Chefe do Executivo

Ementa: VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 46/2021, de autoria da Vereador Anderson Lopes que "Estabelece e regula regras de segurança sanitária no transporte pública municipal, buscando a prevenção do contágio e combate ao COVID-19", conforme Mensagem nº31/2021 do Chefe do Executivo.

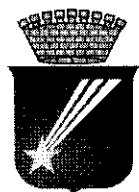
Despacho Inicial:



_____**NORMA JURIDICA**_____



AO SETOR LEGISLATIVO
Em 16/03/2021
Flávio Fonseca de Assis
Chefe de Gabinete da Presidência



PREFEITURA DO NATAL

CMN - PROCESSO

Nº 26/2021

FOLHA: 02

Palácio Pedro Miguelinho
Gabinete da Presidência
Recebido em 16/03/2021
15:49
Kauana Oliveira

MENSAGEM Nº. 031/2021

PROCESSO Nº 26/2021

A Sua Excelência o Senhor
PAULO EDUARDO DA COSTA FREIRE
Presidente da Câmara Municipal de Natal

Em 11 de março de 2021.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do art. 43, § 1º, da Lei Orgânica do Município de Natal, decidi **vetar parcialmente** o **Projeto de Lei nº 046/2021**, de autoria do Vereador Anderson Lopes, aprovado na sessão plenária realizada no dia **24 de fevereiro de 2021** e recebido pelo Gabinete Civil desta Municipalidade na data de **01º de março de 2021**, que **“Estabelece e regula regras de segurança sanitária no transporte público municipal, buscando a prevenção do contágio e combate ao COVID-19”**, na forma das **RAZÕES DE VETO PARCIAL** adiante explicitadas.

RAZÕES DE VETO PARCIAL

Da análise de seu teor, verifica-se que pretende o Poder Legislativo submeter todos os agentes e operadores do sistema municipal de mobilidade, permissionários e concessionários de transporte coletivo às disposições da pretendida lei, que estabelece diretrizes e regras pela prevenção do contágio e combate ao novo coronavírus.

Com efeito, não se vislumbra óbice de cunho jurídico no que é tratado pelos arts. 1º, 2º, 3º, 4º, 6º, 7º, 8º, 10, 11 e 12 do Projeto de Lei em questão, especialmente as diretrizes de efetiva prevenção e combate ao COVID-19.

No caso específico da presente proposição normativa, é possível a sanção respectiva, vez que, dentre as diversas competências legislativas abrangidas pela esfera de atuação do Município, encontra-se o interesse em agir acerca do assunto, objetivando a contenção e controle da doença.



PREFEITURA DO
NATAL

Noutro pórtico, a despeito da louvável iniciativa, o artigo 5º do projeto de lei não pode prosperar, visto que a disponibilização de álcool 70º INPM em toda a frota de transporte público municipal acarreta no aumento de custos, sendo necessário, para tal pretensão, a revisão de dos valores da planilha do sistema de transporte, visto que a fonte de recursos atual – tarifa paga pelos usuários do transporte – não abarca o custeio do que se pretende, não tendo tampouco o Município recursos para subsidiar tal ação.

Ademais, no que tange ao art. 9º da pretensão normativa em tela, porquanto se torna inviável, a operacionalização da circulação apenas de passageiros sentados, o que acarretaria em graves prejuízos ao deslocamento dos usuários do transporte. Tal demanda incorreria, ainda, na necessidade de disponibilização de frota reserva dos transportes públicos municipais, o que prejudicaria a finalidade desta parcela de veículos: a substituição de outros que venham a apresentar falhas mecânicas ou que passe por acidentes durante a operação..

Pelas razões expostas, Senhor Presidente e Senhores Vereadores,
VETO PARCIALMENTE o **Projeto de Lei nº. 046/2021**, especificamente os artigos 5º e 9º, caput, § 1º, 2º, 3º e 4º.

Atenciosamente,


ÁLVARO COSTA DIAS
Prefeito



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

1106161616 Im 01.03.21

Por

João Carvalho F. de O. Filho
Assessor de Projetos Especiais - GAPRE
Mat. 72.733 - 4

CMN - PROCESSO

Nº 26/2021
FOLHA: 04/4

OFÍCIO Nº 0089/2021-SL

Natal, 01 de março de 2021.

Excelentíssimo Senhor
DOUTOR ÁLVARO DA COSTA DIAS
Prefeito da Capital
N e s t a.

Assunto: *Encaminhando Projeto de Lei nº 046/2021, de autoria da Vereador Anderson Lopes, subscrito pelos Vereadores Raniere Barbosa, Preto Aquino, Divaneide Basílio, Ana Paula, Robério Paulino e Brisas Bracchi.*

Senhor Prefeito,

⁴⁶ Cumpre-nos encaminhar a Vossa Excelência a Redação Final do **Projeto de Lei nº 046/2021**, aprovado em sessão plenária realizada no dia 24 de fevereiro de 2021, que *"Estabelece e regula regras de segurança sanitária no transporte público municipal, buscando a prevenção do contágio e combate ao COVID-19, e dá outras providências"*.

Respeitosamente,

VEREADOR PAULINHO FREIRE

PRESIDENTE



Palácio "FELIPE CAMARÃO" em Natal

de de

PREFEITO

LEI Nº

Pl nº 46/2021

Estabelece e regula regras de segurança sanitária no transporte público municipal, buscando a prevenção do contágio e combate ao COVID-19, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NATAL,

Faço saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL aprovou e que sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam submetidos às disposições desta lei, todos os agentes e operadores do sistema municipal de mobilidade, permissionários e concessionários de transporte coletivo, como forma de prevenção ao alastramento da epidemia do COVID-19.

Art. 2º Os operadores do sistema de mobilidade, em sua operação, observarão e deverão observar a obrigatoriedade, para ingresso e permanência nos veículos, do uso obrigatório de máscaras de proteção facial por qualquer pessoa, em especial pelos passageiros, motoristas, cobradores e quaisquer outros colaboradores ou usuários.

Art. 3º Os veículos deverão ter limpeza minuciosa com utilização de produtos que impeçam a propagação do vírus como álcool 70% e/ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar.

Art. 4º Será obrigatória a realização de limpeza rápida das superfícies e pontos de contato com as mãos dos usuários, como roleta, bancos, balaústres, pega-mão, corrimão e apoios em geral, equipamentos de pagamento eletrônico (máquinas de cartão de crédito, de débito, específicas de transporte e etc.) com álcool líquido 70% e/ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar a cada turno no transporte coletivo.

Art. 5º Deverá ser disponibilizado, em local de fácil acesso aos passageiros, preferencialmente na entrada e na saída dos veículos álcool 70%.

Art. 6º As janelas e alçapões de teto devem ser mantidos abertos durante a circulação para manter o ambiente arejado, sempre que possível.

Parágrafo único: deverão ser utilizados, preferencialmente, para a execução do transporte e montagem da tabela horária, veículos que possuam janelas passíveis de abertura (janelas não lacradas), utilizando os demais veículos apenas em caso de necessidade e para fins de atendimento pleno da programação de viagens.

Art. 7º Deverá ser fixado, em local visível aos clientes e funcionários, informações sanitárias sobre higienização e cuidados para a prevenção à COVID-19.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

CMN - PROCESSO
Nº 26/2021
FOLHA: 06 H

Art. 8º Devem ser instruídos os colaboradores acerca da obrigatoriedade da adoção de cuidados pessoais, sobretudo da lavagem das mãos ao fim de cada viagem realizada, da utilização de produtos assépticos durante a viagem, como álcool 70%, da manutenção da limpeza dos veículos, bem como do modo correto de relacionamento com os usuários no período de emergência de saúde pública decorrente da COVID19.

Art. 9º Os transportes coletivos devem limitar sua ocupação à quantidade de vagas sentadas por veículo, sendo vedada a permanência de passageiros em pé.

§1º Será permitida a utilização da frota reserva para garantir a oferta de vagas habituais necessária para atender a demanda padrão do dia/horário.

§2º Para fins de cumprimento da tabela ao qual estabelece a saída do transporte coletivo por ônibus do Município de Natal dos terminais, o órgão de fiscalização do Município observará tolerância temporal dentro da razoabilidade, levando em consideração a limpeza efetivamente realizada e comprovada pelas empresas, nos termos do art. 4º desta Lei.

§3º Caberá prioritariamente aos motoristas e cobradores o cumprimento da determinação constante no caput deste artigo.

§4º Caberá a empresa aos quais estes funcionários estejam vinculados, a fiscalização e o estrito cumprimento desta norma.

Art. 10 Será de obrigação dos operadores do transporte público com apoio da Prefeitura Municipal de Natal, por meio de seus órgãos competentes, as marcações de filas, para que os passageiros mantenham a distância de 1,5 (um metro e cinquenta centímetros) entre si, além de orientações sobre a obrigatoriedade do uso de máscaras.

§1º Fica a Prefeitura Municipal obrigada a guarnecer apoio da Guarda Municipal nos terminais, terminais de transferências e paradas de ônibus para garantir e apoiar a aplicação desta lei.

Art. 11 Esta lei terá efeitos enquanto durar a aplicação do Decreto nº 11.923 de 20 de março de 2020 do Poder Executivo Municipal que decreta estado de calamidade pública no Município do Natal, para os fins previstos no artigo 65 da Lei Complementar Federal nº101/2000, em razão da pandemia internacional ocasionada pela infecção humana pelo novo Coronavírus (Covid-19).

Art. 12 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em Natal, 24 de fevereiro de 2021.

Paulinho Freire

- Presidente

Felipe Alves

- Primeiro Secretário

Aroldo Alves

- Segundo Secretário

Projeto de Lei: 46 / 2021

Data de entrada: 22 de Fevereiro de 2021

Autor: Anderson Lopes

Protocolo: 148 / 2021

Ementa: Estabelece e regula regras de segurança sanitária no transporte público municipal, buscando a prevenção do contágio e combate ao COVID-19, e dá outras providências.

Despacho Inicial:

Ofício 089/21
em 01/03/21

NORMA JURIDICA

Projeto de Lei 46/2021

CMN - PROJETO DE LEI
Nº 46/2021
FOLHA 02

CMN - PROCESSO

Nº 26/2021

FOLHA: 02-14

Estabelece e regulá regras de segurança sanitária no transporte público municipal, buscando a prevenção do contágio e combate ao COVID-19, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NATAL faz saber que o Poder Legislativo aprovou e este Poder sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam submetidos às disposições desta lei, todos os agentes e operadores do sistema municipal de mobilidade, permissionários e concessionários de transporte coletivo, como forma de prevenção ao alastramento da epidemia do COVID-19.

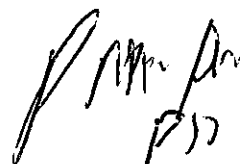
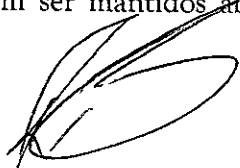
Art. 2º Os operadores do sistema de mobilidade, em sua operação, observarão e farão a observar a obrigatoriedade, para ingresso e permanência nos veículos, do uso obrigatório de máscaras de proteção facial por qualquer pessoa, em especial pelos passageiros, motoristas, cobradores e quaisquer outros colaboradores ou usuários;

Art. 3º Os veículos deverão ter limpeza minuciosa com utilização de produtos que impeçam a propagação do vírus como álcool 70% e/ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar.

Art. 4º Será obrigatória a realização de limpeza rápida das superfícies e pontos de contato com as mãos dos usuários, como roleta, bancos, balaústres, pega-mão, corrimão e apoios em geral, equipamentos de pagamento eletrônico (maquinas de cartão de crédito, de débito, específicas de transporte e etc.) com álcool líquido 70% e/ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar a cada turno no transporte coletivo.

Art. 5º Deverá ser disponibilizado, em local de fácil acesso aos passageiros, preferencialmente na entrada e na saída dos veículos álcool 70%;

Art. 6º As janelas e alçapões de teto devem ser mantidos abertos durante a circulação para manter o ambiente arejado, sempre que possível.



Parágrafo único: deverão ser utilizados, preferencialmente, para a execução do transporte e montagem da tabela horária, veículos que possuam janelas passíveis de abertura (janelas não lacradas), utilizando os demais veículos apenas em caso de necessidade e para fins de atendimento pleno da programação de viagens;

CMN - PROCESSO DE LEI
Nº 46/2021
FOLHA 03

Art. 7º Deverá ser fixado, em local visível aos clientes e funcionários, de informações sanitárias sobre higienização e cuidados para a prevenção à COVID-19;

Art. 8º Devem ser instruídos os colaboradores acerca da obrigatoriedade da adoção de cuidados pessoais, sobretudo da lavagem das mãos ao fim de cada viagem realizada, da utilização de produtos assépticos durante a viagem, como álcool 70%, da manutenção da limpeza dos veículos, bem como do modo correto de relacionamento com os usuários no período de emergência de saúde pública decorrente da COVID19;

Art. 9º Os transportes coletivos devem limitar sua ocupação à quantidade de vagas sentadas por veículo, sendo vedada a permanência de passageiros em pé.

§1º Nos horários de pico poderão ser ocupados lugares em pé desde que respeitada o distanciamento mínimo de 1,5 (um metro e cinquenta centímetros) entre um passageiro e outro.

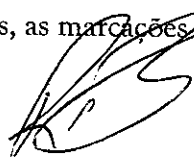
§2º Será permitida a utilização da frota reserva para garantir a oferta de vagas habituais necessária para atender a demanda padrão do dia/horário.

Art. 10º O serviço de transporte público coletivo de passageiros deve passar a funcionar com sua capacidade máxima, devendo ofertar 100% (cem por cento) da sua frota diariamente para reequilibrar as vagas em pé vetadas.

§1º Dar-se-á o prazo de 10 (dez) dias para o início do cumprimento desta exigência pelos agentes e operadores do sistema municipal de mobilidade, permissionários e concessionários de transporte coletivo, a partir da publicação desta lei.

§2º Após o prazo estipulado no parágrafo primeiro, as sanções, em caso de não cumprimento, serão diárias, devendo sua extensão ser elevada em casos de reiterações e podendo ser aplicada, apenas, uma advertência.

Art. 11º Será de obrigação dos operadores do transporte público com apoio da Prefeitura Municipal de Natal, por meio de seus órgãos competentes, as marcações de filas, para que os passageiros mantenham a



CMN - PROCESSO

1º 26/2/2021
FOLHA: 08/11

distância de 1,5 (um metro e cinquenta centímetros) entre si, além de orientações sobre a obrigatoriedade do uso de máscaras;

§1º Fica a Prefeitura Municipal obrigada a garantir apoio da Guarda Municipal nos terminais, terminais de transferências e paradas de ônibus para garantir e apoiar a aplicação desta lei.

Art. 12º O descumprimento das medidas previstas acarretará, aos agentes, operadores do sistema municipal de mobilidade, permissionários e/ou concessionários que descumprirem algumas das normas previstas na presente, as seguintes sanções:

- a) Advertência
- b) Multa
- c) Suspensão
- d) Cassação da licença de operação

§1º A fiscalização e aplicação das sanções retro apresentadas serão de responsabilidade da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana de Natal, devendo haver o devido processo legal, ampla defesa e contraditório quando da aplicação as punições.

§2º Os valores arrecadados com multas serão revertidos para a Secretaria Municipal de Saúde para serem aplicados no combate ao Covid-19.

Art. 13º Esta lei terá efeitos enquanto durar a aplicação do Decreto nº 11.923 de 20 de março de 2020 do Poder Executivo Municipal que decreta estado de calamidade pública no Município do Natal, para os fins previstos no artigo 65 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, em razão da pandemia internacional ocasionada pela infecção humana pelo novo Coronavírus (Covid-19).

Art. 14º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação ficando revogadas as disposições em contrário.

Natal/Rio Grande do Norte, aos dezoito dias de fevereiro de dois mil e vinte e um.

Frederico F. Gonçalves
AVANTE

ANDERSON LOPES
Vereador - SD

AS

Anderson Lopes
PSD

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,

Senhoras Vereadoras,

Senhores Vereadores,

A Pandemia do Covid-19 apresentou ao nosso município de Natal, assim como a todo mundo, um novo normal, obstáculos e adversidades que representam sérios riscos à saúde, à educação, à economia, à vida como um todo.

Os impactos negativos em todos os setores sociais ainda são impossíveis de serem estimados, porém, o comportamento das autoridades ou a falta deste, tem sido fator primordial para a majoração dos impactos do Coronavírus, agravando ainda mais suas conseqüências, sobretudo em camadas sociais já desfavorecidas.

Neste contexto, tal reflexo não tem sido diferente nas classes mais vulneráveis, diante disto, num olhar aguçado ao desesperado clamor da população, o presente projeto de lei, visa combater o Covid-19, sobretudo diminuindo sua proliferação no setor ativo da população.

Neste viés, o transporte público municipal tem ido de encontro a todas as recomendações e normas sanitárias vigentes, proporcionando aglomerações propícias à proliferação do Covid-19.

Diante disto, é o presente para regular tal situação, fazendo aplicar as recomendações internacionais, também ao transporte público, para tanto, regula-se normas que irão garantir o distanciamento, higienização, uso de equipamentos de proteção e demais fatores de combate elencados em seu corpo literal.

Embora sejam medidas drásticas, a necessidade de sua aprovação se justifica para além do acalento à população inquieta e apreensiva com a possível infecção, pois o presente projeto de lei nos permitirá frear a crescente demanda estampada em nossos hospitais públicos metropolitanos, isto através de um essencial controle da transmissão do coronavírus a partir da proteção dos usuários do transporte público municipal.

Diante de todo exposto, é conclamado os nobilíssimos colegas parlamentares a discutirem e, ao final, aprovarem em sua íntegra o presente Projeto de Lei, para que, unidos, possamos demonstrar à

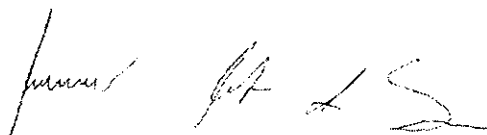
sociedade natalense que há um Poder Legislativo combativo e patrono das camadas sociais mais vulneráveis, que buscará a todo custo combater o Covid-19 e trazer a tranquilidade de volta à nossa cidade do Natal.

CMN - PROCESSO

Nº 26/2021

FOLHA: 09-V 44

Natal/Rio Grande do Norte, aos dezoito dias de fevereiro de dois mil e vinte e um.



Anderson Lopes
Vereador - SD

CMN - PROCESSO
Nº 26/2021
FOLHA: 09



Câmara Municipal de Natal

A casa do povo. A sua casa.

CMN - PROCESSO
Nº 46/2021
FOLHA: 02

CMN - PROCESSO
Nº 26/2021
FOLHA: 15

PROJETO DE LEI	46/2021
AUTOR	Vereador Anderson Lopes
DESTINO	Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final

CERTIDÃO

Este departamento **CERTIFICA**, para os fins regimentais que se fizerem necessários, que foi identificada a existência do **Projeto de Lei nº 194/2020, de autoria da Vereadora Júlia Arruda, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de oferta de álcool em gel 70% no interior de veículos que prestam serviços de transporte coletivo, alternativo, por aplicativo e de táxi no âmbito do Município de Natal”,** atualmente tramitando junto as Comissões Temáticas desta Casa Legislativa.

Ressalta-se que esta certidão não exclui a apreciação das Comissões Temáticas para decidir sobre a existência ou não de proposição similar, podendo incorrer no disposto no art. 59, inciso VI e VII, do regimento interno desta Casa Legislativa Municipal.

Natal, 23 de Fevereiro de 2021.

Victor da Costa Reis
Victor da Costa Reis

Assessor Técnico Legislativo
MAT.: 5418720

DESPACHO

Considerando a leitura da presente proposição de n.º 46 / 2021 na data de hoje, encaminho os autos à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final para análise e emissão de parecer no prazo de 15 dias, por se encontrar no regime de tramitação Ordinária, nos termos do artigo 52, II, do Regimento Interno desta casa legislativa.

Natal/RN, 23 de 02 de 2021.



PRESIDENTE

PARECER

Após a devida análise, salvo melhor juízo, entende esta Procuradoria Legislativa que a presente proposição deve tramitar nas comissões de:

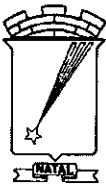
- ☒ Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final
- ☒ Comissão de Finanças, Orçamento, Controle e Fiscalização
- ☐ Comissão de Planejamento Urbano, Meio Ambiente e Habitação
- ☒ Comissão de Saúde, Previdência e de Assistência Social
- ☒ Comissão de Defesa do Consumidor
- ☐ Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Mobilidade Reduzida
- ☐ Comissão de Ética Parlamentar
- ☐ Comissão de Indústria, Turismo, Comércio e Empreendedorismo
- ☐ Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Mulheres, Idosos, Trabalho e Igualdade
- ☐ Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Inovação.
- ☒ Comissão de Transportes, Legislação Participativa e Assuntos Metropolitanos
- ☐ Comissão de Desporto e Qualidade de Vida

O presente parecer é opinativo, cabendo à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final a decisão final sobre o seu trâmite, nos termos do Ato 03/17.

Natal/RN, 23 de fevereiro de 2021.



PROCURADOR
PROCURADORIA LEGISLATIVA



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

CÂMARA - Projeto de Lei
AUTOR: 46/2021
CMN - PROCESSO
Nº 26/2021
FOLHA: 11 de 14

REQUERIMENTO

Nós, abaixo-subscritos, **VEREADORES** componentes de este Poder Legislativo, **REQUEREMOS**, nos precisos termos dos Arts. 196 e 197, §§ 1º e 3º, da **RESOLUÇÃO Nº 337/05, URGÊNCIA E DISPENSA DE INTERSTÍCIO, para tramitação da seguinte matéria: PROJETO DE LEI Nº46/2021, "Estabelece e regula regras de segurança sanitária no transporte público municipal, buscando a prevenção do contágio e combate ao COVID-19, e dá outras providências."** Para colher assinaturas dos Senhores Vereadores e Vereadoras.

1.	16. _____
2.	17. _____
3.	18. _____
4.	19. _____
5.	20. _____
6.	21. _____
7.	22. _____
8.	23. _____
9.	24. _____
10.	25. _____
11.	26. _____
12. _____	27. _____
13. _____	28. _____
14. _____	29. _____
15. _____	TOTAL DE ASSINATURAS: (____)

Sala das Sessões, em Natal, 23 de Fevereiro de 2021.

AVANTE

AUTOR DO REQUERIMENTO

ANDERSON LOPES

Vereador - SD

PSD

CMN - PROCESSO
Nº 266/21
FOLHA: 11-V



CÂMARA
MUNICIPAL
DE NATAL

APPROVADO

CMNat - Projeto de Lei
Número 46/2021
Folha 10 de 26

RANIERE
VEREADOR

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

GABINETE DO VEREADOR RANIERE BARBOSA

AVANTE 70

EMENDA ADITIVA Nº _____

EMENDA PARA ACRESCENTAR OS § 3º, §4º E §5º AO ART. 9º DO PROJETO DE LEI Nº 46/2021 AO QUAL ESTABELECE E REGULA REGRAS DE SEGURANÇA SANITÁRIA NO TRANSPORTE PÚBLICO MUNICIPAL, BUSCANDO A PREVENÇÃO DO CONTÁGIO E COMBATE AO COVID-19 E, DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NATAL,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou esta emenda, que passa a encartar o projeto de lei 46/2021:

Art. 1º. Ficam acrescidos os § 3º, §4º e §5º ao Art. 9º ao PL 046/2021, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 9º ...

.....
.....

§3º Para fins de cumprimento da tabela ao qual estabelece a saída do transporte coletivo por ônibus do Município de Natal dos terminais, o órgão de fiscalização do Município observará tolerância temporal dentro da razoabilidade, levando em consideração a limpeza efetivamente realizada e comprovada pelas empresas, nos termos do Art. 4º desta Lei;

§4º Caberá prioritariamente aos motoristas e cobradores o cumprimento da determinação constantes no caput deste artigo;



**CÂMARA
MUNICIPAL
DE NATAL**

RANIERE
VEREADOR

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

GABINETE DO VEREADOR RANIERE BARBOSA

CMN - Projeto de Lei
Número: 46/2021
CMN - PROCESSO
Nº 26/2021
FOLHA: 12

AVANTE

§5º Caberá a empresa ao qual estes funcionários estejam vinculados, a fiscalização e o estrito cumprimento desta norma.

Natal/Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 2021.

Ranieri de Medeiros Barbosa
Vereador

CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL
APROVADO
CMN - PROCESSO
Nº 26321
FOLHA: 120



CÂMARA
MUNICIPAL
DE NATAL

RANIERE
VEREADOR

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

GABINETE DO VEREADOR RANIERE BARBOSA

02
AVANTE 70

EMENDA SUPRESSIVA Nº _____

EMENDA PARA SUPRIMIR O § 1º DO ART. 9º DO PROJETO DE LEI Nº 46/2021 AO QUAL ESTABELECE E REGULA REGRAS DE SEGURANÇA SANITÁRIA NO TRANSPORTE PÚBLICO MUNICIPAL, BUSCANDO A PREVENÇÃO DO CONTÁGIO E COMBATE AO COVID-19 E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NATAL,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou esta emenda, que passa a encartar o projeto de lei 46/2021:

Art. 1º. Fica suprimido o §1º do Art. 9º do PL 046/2021, que consta com a seguinte redação:

"Art. 9º

.....
§1º Nos horários de pico poderão ser ocupados lugares em pé desde que respeitada o distanciamento mínimo de 1,5 (um metro e cinquenta centímetros) entre um passageiro e outro."

Natal/Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 2021.


Ranieri de Medeiros Barbosa
Vereador

VEREADOR
PRETO AQUINO
ESPORTE E TRABALHO SOCIAL PARA TODOS.

Projeto de Lei
Número 046/2021
CMN - PROCESSO
Nº 26/2021
FOLHA: 13

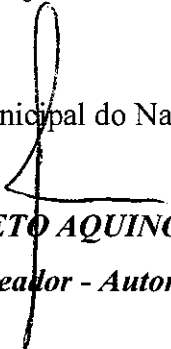
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO
GABINETE DO VEREADOR PRETO AQUINO


EMENDA N. ____/2020

"Emenda Modificativa ao Projeto de Lei n.
046/2021, e dá outras providências".

Art. 1º. Suprime o artigo 12º do Projeto de Lei 046/2021, seu *caput*, incisos e parágrafos.

Sala das Sessões da Câmara Municipal do Natal, 24 de Fevereiro de 2021.


PRETO AQUINO
Vereador - Autor


APPROVADO

CMN - PROCESSO
Nº 26/2021
FOLHA: 15-V 1

Projeto de Lei
Número 06/2021
14

JUSTIFICATIVA

Com arrimo nas disposições regimentais, o Vereador Preto Aquino propõe a alteração da redação do Projeto de Lei 046/2021, especificamente a supressão do artigo 12º em razão da competência constitucional privativa da União para legislar sobre trânsito, como prevê o art. 22, inciso XI da Constituição Federal de 1988.

Diante do exposto e pela importância desta iniciativa, espera-se contar com o apoio necessário dos ilustres Pares para a aprovação do presente projeto de Emenda.

Natal/RN, 22 de Fevereiro de 2021.

PRETO AQUINO

Vereador - Autor

EMENDA AO PL Nº 46/2021

CMN - Projeto de Lei
Número: 46/2021
Folha: 15

Art. 1º Ficam suprimidos o art. 10, caput e parágrafos 1º
2º, do PL 46/2021.

CMN - PROCESSO

Nº 26/2021

FOLHA: 19

APROVADO

Natal, 24/02/2021

Mir
PDT

CMN - PROCESSO
1º 26/2021
FOLHA: 14-V #

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

CMN - Projeto de Lei
Número: 46/2021
Data: 16/02/21

PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

- ☒ PROJETO DE LEI () RESOLUÇÃO () DECRETO LEGISLATIVO
() EMENDA À L.O.M. () VETO () PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR
() PROCESSO () EMENDA

Nº 46/2021

Autor(a) Vereador(a): Anderson Lopes

Chefe do Executivo: ()

Relator(a) Vereador(a): NINA SOUZA

VOTO DE DIVERGÊNCIA: _____

RESULTADO DA DIVERGÊNCIA: _____

VOTO DO RELATOR: FAVORÁVEL, com emendas.

Sala das Comissões, em 24 de fevereiro de 2021.

Vereador Kleber Fernandes
Presidente

- ☒ Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereadora Nina Souza
Vice-Presidente

- ☒ Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereador ^{Luciano Nascimento} Aldo Clemente
Membro

- ☒ Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereadora Ana Paula
Membro

- ☒ Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereadora Camila Araújo
Membro

- () Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereador ^{Anderson Lopes} Klaus Araújo
Membro

- ☒ Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereador Preto Aquino
Membro

- ☒ Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

CMN - Projeto de Lei
Número 46/2021
Data 11/02/21

CMN - PROCESSO
Nº 26/2021
FOLHA: 13/14

DESPACHO

Designo o(a) vereador(a) Avoco para nos termos do artigo 50 e seguintes e artigo 157 do Regimento Interno, emitir parecer á presente proposição legislativa.
Natal, RN 24/02/2021.

Ver. Raniere Barbosa
Presidente

PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

(X) PROJETO DE LEI () RESOLUÇÃO () DECRETO LEGISLATIVO
() EMENDA À L.O.M. () VETO () PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR
() EMENDA

Nº 46/2021.

Autor: Vereador(a) Anderson Lopes.

() Chefe do Executivo

Relator: Vereador(a) RANIERE BARBOSA.

VOTO DO RELATOR: FAVORÁVEL, com emendas

Sala das Comissões, em 24 de fevereiro de 2021.

Vereador Raniere Barbosa
Presidente

(X) Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereador Nivaldo Bacurau
Vice-Presidente

(X) Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereador Robson Carvalho
Membro

(X) Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereador Anderson Lopes
Membro

(X) Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereador Robério Paulino
Membro

(X) Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

(X) Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

CMN - PROCESSO
1º 26/2021
FOLHA: 16



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

CMN - Projeto de Lei
Número 46/2021
Folha 20

DESPACHO

Designo o(a) vereador(a) Advoco para, nos termos do Art.50 - e seguintes artigo 157 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Natal, emitir parecer à presente proposição legislativa.
Natal, RN 24/02/2021.

Ver. Milklei Leite
Presidente

PARECER DA COMISSÃO DE TRANSPORTES, LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA E ASSUNTOS METROPOLITANOS

- () PROJETO DE LEI () RESOLUÇÃO () DECRETO LEGISLATIVO
() EMENDA À L.O.M. () VETO () PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR
() EMENDA

Nº 46/2021.

Autor: Vereador(a) Anderson Lopes.

Chefe do Executivo ()

Relator: Vereador(a) Milklei Leite.

VOTO DO RELATOR: Favorável, com emendas

Sala das Comissões, em 24 de fevereiro de 2021.

Vereador Milklei Leite
Presidente

- (X) Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereador Robério Paulino
Membro

- (X) Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereador Anderson Lopes
Vice-Presidente

- () Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereador Eribaldo Medeiros
Membro

- (X) Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereadora Divaneide Basílio
Membro

- (X) Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção



CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO
MESA DIRETORA

CMN - PROCESSO
Nº 26/2021
FOLHA: 17

CERTIDÃO

CERTIFICO e dou fé que, na data de hoje, a presente proposição foi apreciada em Plenário, obtendo o seguinte resultado:

Proposição:

- | | |
|--|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> Projeto de Lei 46/2021 | <input type="checkbox"/> Projeto de Emenda à Lei Orgânica |
| <input type="checkbox"/> Projeto de Lei Complementar | <input type="checkbox"/> Processo |
| <input type="checkbox"/> Projeto de Resolução | <input type="checkbox"/> Emenda |
| <input type="checkbox"/> Projeto de Decreto Legislativo | <input type="checkbox"/> Outro: _____ |

Resultado da Votação:

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Aprovado em 1ª Discussão | <input type="checkbox"/> Aprovado o Parecer da CCJ |
| <input type="checkbox"/> Aprovado em 2ª Discussão | <input type="checkbox"/> Rejeitado o Parecer da CCJ |
| <input type="checkbox"/> Aprovado em Votação Única | <input type="checkbox"/> Mantido o Veto |
| <input checked="" type="checkbox"/> Aprovado em Regime de Urgência –
Dispensa de Interstício | <input type="checkbox"/> Rejeitado o Veto |
| | <input type="checkbox"/> Retirado <input type="checkbox"/> Adiado <input type="checkbox"/> Prejudicado |

OBS:

COM EMENDAS ENCABIDAS

Quórum:

- ☐ Maioria Simples ☐ Maioria Absoluta ☐ Maioria Qualificada ☒ Unânime

Natal, 24 de Setembro de 2021.

Presidente

CMN - PROCESSO
1º 26/2021
FOLHA: 17-V



CMN - Processo
Número: 46/2021
Folha: 22

Câmara Municipal de Natal

A casa do povo. A sua casa.

PROJETO DE LEI	46/2021
AUTOR(A)	Ver. Anderson Lopes
DESTINO	Redação Final

CERTIDÃO

CERTIFICO e dou fé que, na 2ª Sessão Ordinária, realizada remotamente por meio de plataforma digital em 24 de fevereiro de 2021, foi aprovado requerimento com a finalidade de apreciar o presente projeto em regime de urgência.

CERTIFICO ainda que, por esta razão, os pareceres emitidos no âmbito das Comissões pendentes foram realizados de maneira oral, assim como a votação foi realizada virtualmente.

Natal, 25 de fevereiro de 2021.


Ives Kleiton da Silva

Coordenador de Assuntos Legislativos e Normativos

MAT.: 541343-5



Câmara Municipal de Natal

A casa do povo. A sua casa.

DESPACHO

Considerando a leitura da presente proposição de n.º 26 / 2021 na data de hoje, encaminho os autos à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final para análise e emissão de parecer no prazo de 15 dias, por se encontrar no regime de tramitação ordinária, nos termos do artigo 52, II, do Regimento Interno desta casa legislativa.

Natal/RN, 30 de Março de 2020.

PRESIDENTE

PARECER

Após a devida análise, salvo melhor juízo, entende esta Procuradoria Legislativa que a presente proposição deve tramitar nas comissões de:

- ☒ Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final
- ☐ Comissão de Finanças, Orçamento, Controle e Fiscalização
- ☐ Comissão de Planejamento Urbano, Meio Ambiente, Transportes, Habitação, Legislação Participativa e Assuntos Metropolitanos
- ☐ Comissão de Saúde, Previdência e de Assistência Social
- ☐ Comissão de Defesa do Consumidor
- ☐ Comissão dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Mobilidade Reduzida
- ☐ Comissão de Ética Parlamentar
- ☐ Comissão de Indústria, Turismo, Comércio e Empreendedorismo
- ☐ Comissão de Direitos Humanos, Proteção das Mulheres, Idosos, Trabalho e Minorias
- ☐ Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia e Inovação.

O presente parecer é opinativo, cabendo à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final a decisão final sobre o seu trâmite, nos termos do Ato 03/17.

Natal/RN, 31 de março de 2020.

Naivety Roche

PROCURADOR
PROCURADORIA LEGISLATIVA



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL

PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

PROCESSO	26/2021
INTERESSADO	Chefe do Executivo

CERTIDÃO

Este departamento legislativo certifica o recebimento da Mensagem nº 31/2021, do Chefe do Executivo, em 16 de março de 2021, que trata do **VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 46/2021**.

Cumprе trazer que o Ofício nº 89/2021 - emitido pela Câmara Municipal de Natal e, adiante, recebido pelo Poder Executivo Municipal em 01/03/2021 - trata de remessa da Redação Final do PL nº 46/2021, aprovado em Plenário desta Casa Legislativa.

No que se refere ao prazo para apreciação pelo Prefeito, para vetar a matéria, estabelece a Lei Orgânica Municipal:

Art. 43 – *Omissis*.

§1º - Considerando o projeto, total ou parcialmente, inconstitucional ou contrário ao interesse público, o Prefeito pode vetá-lo no **prazo de quinze dias úteis**, contados de seu recebimento, comunicando o veto ao Presidente da Câmara Municipal, dentro de quarenta e oito horas, com os motivos do ato.

Sendo assim, a interpretação devida do dispositivo acima transcrito faz saber que, a contar-se da ciência da matéria aprovada pelo Poder Legislativo Municipal, o prazo para informar sua intenção de vetar é de 15 (quinze) dias úteis, estando suas razões, ato contínuo, inclusas no prazo subsequente de quarenta e oito horas.


O veto em questão, acompanhado de suas razões, foi recebido por esta casa legislativa em 28 de janeiro de 2021 e publicado no Diário Oficial do Município de 21 de janeiro de 2021. Isto posta tem que o Chefe do Poder Executivo Municipal apresentou Veto Integral ao PL nº 11/2020, **dentro do prazo legal**, conforme detalhamento a seguir:

02/03/2021	terça-feira	01º dia útil da contagem
03/03/2021	quarta-feira	02º dia útil da contagem
04/03/2021	quinta-feira	03º dia útil da contagem
05/03/2021	sexta-feira	04º dia útil da contagem
06/03/2021	Sábado	Dia não útil
07/03/2021	Domingo	Dia não útil
08/03/2021	Segunda-feira	05º dia útil da contagem
09/03/2021	terça-feira	06º dia útil da contagem
10/03/2021	quarta-feira	07º dia útil da contagem
11/03/2021	quinta-feira	08º dia útil da contagem
12/03/2021	sexta-feira	09º dia útil da contagem
13/03/2021	Sábado	Dia não útil
14/03/2021	Domingo	Dia não útil
15/03/2021	segunda-feira	10º dia útil da contagem
16/03/2021	terça-feira	11º dia útil da contagem (VETO RECEBIDO)
17/03/2021	quarta-feira	12º dia útil da contagem
18/03/2021	quinta-feira	13º dia útil da contagem
19/03/2021	sexta-feira	14º dia útil da contagem
20/03/2021	Sábado	Dia não útil
21/03/2021	Domingo	Dia não útil
22/03/2021	Segunda-feira	15º dia útil da contagem *Fim do prazo do Chefe do Poder Executivo Municipal se manifestar.

Pelos motivos ora expostos, este Departamento Legislativo **CERTIFICA** a **tempestividade do veto** apresentado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Sem mais e, desde já, à disposição para eventuais esclarecimentos, é o que importa trazer.

Natal, 30 de março de 2021.


Virgílio Macedo Neto
Assessor Técnico Legislativo
Mat.: 5406692